

Jornal Pessoal

LÚCIO FLÁVIO PINTO

ANO XII • Nº 218 • 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1999 • R\$ 2,00

**Belém:
campo
de batalha**
(PÁG. 4)

**Cultura:
quem tem?**
(PÁG. 6)

ELDORADO

Massacre no júri

Crimes pavorosos foram cometidos em abril de 1997 em Eldorado de Carajás. Dois anos depois, no julgamento dos responsáveis, tantos absurdos foram cometidos que já não se sabe o que fazer. Na fronteira amazônica, distante dos centros decisórios do país, justiça é um produto exótico. Não está ao alcance dos injustiçados.



Se prevalecer a correção técnica e o mais elementar bom senso, deverá ser anulada a sessão do tribunal do júri de Belém que absolveu três oficiais da Polícia Militar responsáveis pela operação de desobstrução da rodovia PA-150, no sul do Pará, em abril de 1997, resultando em choque com integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e na morte de 19 lavradores, além de 60 feridos. Se a anulação não for decidida pelo Tribunal de Justiça do Estado, que parece mais inclinado a confirmar o julgamento, a revisão se dará em Brasília, na instância superior.

A anulação não significa automaticamente, porém, que o coronel Mário Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Lameira devam ser

condenados se um novo julgamento for realizado. Tantas e tão flagrantes foram as irregularidades praticadas nos atos preparatórios ao júri e no desenvolvimento da sessão que o cancelamento é irrecusável para quem for apreciar o caso com isenção e acuidade. Um novo júri, sem os erros e vícios do anterior, entretanto, poderá chegar a um veredicto semelhante ao apresentado no último dia 18 se os jurados ativerem às provas dos autos (embora, no júri popular, também influa muito a teatralidade das arengas dos advogados).

A grande falha é de origem: o processo contra os integrantes da tropa da PM que, casual ou intencionalmente, cometeu os crimes, é falho porque o processo aberto na justiça, com base em inquéritos da própria polícia, foi insuficientemente ins-

truído. Para o massacre efetivamente cometido se refletir nos autos seria necessário reabrir a instrução e executar diligências que ficaram por fazer, impedidas por quem tinha poder para tanto ou atropeladas pela decisão de, através de um julgamento com bitola estreita, satisfazer a opinião pública, a internacional antes da nacional, os interesses do governo primeiro que os da opinião pública, as conveniências de privilegiados acima da corajosa apuração da verdade. O julgamento foi uma farsa, mas nem tanto pelos motivos dos que assim o classificaram..

Quatro coisas espantam no conflito de Eldorado de Carajás. Por ordem cronológica, em primeiro lugar a virulência dos manifestantes: eles se lançaram com fúria contra uma tropa notabilizada por sua truculência, brandindo facas, facões, foices, pedras, paus ▶

CAMPANHA ELEITORAL VAI COMEÇAR (Págs. 4/5)

▶ e até armas de fogo (dois revólveres e quatro espingardas). Em segundo lugar, a atitude inicial dos militares: eles recuaram ao máximo, até encostarem nos caminhões estacionados na pista da PA-150, uma atitude excepcional para o padrão de comportamento da PM em tais circunstâncias.

Em terceiro lugar, o massacre que se seguiu à chegada do segundo contingente da tropa, oriundo de Parauapebas, quando o primeiro grupo, saído de Marabá, já reagia ao assédio ameaçador dos sem-terra. A perícia técnica não deixa dúvidas de que a partir daí houve execuções sumárias, a virulência dos militares inibindo qualquer tipo de reação dos lavradores, até então agressivos mas inabilitados para um verdadeiro combate (daí não ter havido uma única baixa entre os PMs).

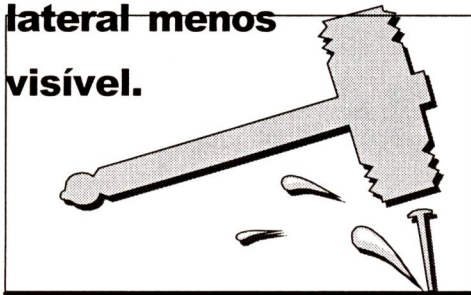
A quarta fonte de espanto e indignação foi a absolvição dos três comandantes diretos daquela operação pelo tribunal do júri. Embora a esquerda tenha reagido ao que classificou de farsa com um libelo radical ideologicamente e genérico tecnicamente, mais impressionante do que o veredicto em si dos sete integrantes do corpo de jurados foi a instrução do processo. O resultado da primeira das 27 sessões reservadas para o julgamento dos 153 réus estava coerente com as provas dos autos. Estes é que ficaram em discrepância com a realidade. Eles terem se formado à margem do rigor investigativo, em dissonância com os fatos, é a prova da fragilidade do processo judicial, especialmente numa fronteira como a Amazônia, quando a realização da justiça precisa confrontar interesses poderosos, econômicos e políticos.

A distorção final pode ter sido bizarra, mas não singular: ela resultou de um acúmulo de distorções, algumas deixando à mostra a intencionalidade de gerá-las. Remontando apenas à formação do júri, é de espantar que a decisão do Ministério Público, indicando um único promotor para caso tão complexo, não haja provocado protestos.

E certo que os promotores da capital combinaram declarar-se conjuntamente suspeitos. Fizeram isso, entretanto, não por motivação metafísica: é que não concordavam com alguns dos procedimentos da acusação. Acabou sendo apresentada como razão pública o desejo da corporação de prestigiar um promotor de 2ª entrância que acompanhou o processo desde o início. O promotor Marco Aurélio Nascimento é considerado competente pelos colegas, mas sua inexperiência deve tê-lo inibido de tomar, no momento certo, atitudes que talvez corrigissem problemas no nascedouro, acabando por tentar contemporizá-las mais pela retumbância de seus atos do que por seu ajuste às normas legais.

A inusitada atitude dos integrantes do MP pode ter uma causa

lateral menos visível.



Alguns dos passos mais importantes do fiscal da lei foram dados quando o Ministério Público era chefiado por Manuel Santino Nascimento. Não só da promotoria, como também do presidente do inquérito policial-militar instaurado para apurar os fatos. Mas tanto o coronel Vieira quanto Santino não se sentiram impedidos eticamente de assumir a casa militar e uma secretaria especial do governo do Estado, depois de terem tido participação tão decisiva num episódio envolvendo aquele que viria a ser seu chefe, o governador Almir Gabriel (que referendou o candidato que Santino apoiou à sua sucessão).

Legalmente, nada há contra essa troca de funções, mas ela envolve um componente moral e ético equivalente àquele que deveria perturbar o professor Édson Franco na acumulação da secretaria especial de promoção social (com jurisdição sobre as áreas educacional e cultural) com a reitoria da Unama (a Universidade da Amazônia), uma instituição particular, já não mais considerada filantrópica apenas por seus estatutos a declarem sem fins lucrativos (e que estaria interessada em participar do ainda especulado processo de privatização da Universidade do Estado).

Não bastasse essa aparente incompatibilidade, o auditório da Unama foi escolhido para sediar o julgamento dos militares, sob o frágil pretexto de ali já se terem realizado júris simulados. O bom senso deveria recomendar a escolha de um prédio público, quando nada para preservar todos os formalismos da isenção do julgamento e prevenir propaganda gratuita (e massiva) de uma empresa particular quando a imprensa estivesse registrando o funcionamento do júri (havia inscrições com o nome da universidade em pontos estratégicos do local). Se o julgamento do organizador do assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles foi em um ginásio de esporte em Marituba, por que não no ginásio da Escola de Educação Física do Estado (ou no Centur) o "julgamento do século"?

Esses poderiam ser considerados detalhes irrelevantes se a eles não se agregas-

sem outros componentes que, mesmo involuntariamente, são capazes de alimentar uma teoria conspirativa para a absolvição dos oficiais. O famoso quesito seis submetido aos jurados pelo juiz Ronaldo Valle, por exemplo. Mesmo que ele fosse cabível, certamente a frase estaria protegida da suspeita de sutil indução se, ao invés de ter perguntado se as provas dos autos eram **insuficientes** para a condenação dos réus, o magistrado tivesse indagado se as provas eram **suficientes**. Nesta última forma, a frase teria sido muito mais isenta e objetiva.

É possível que o melancolicamente famoso jurado Sílvio Mendonça Queiroz não tenha sido acometido por mais do que impulso exibicionista e crise de *boquirrotismo*, mas o papel ativo que se permitiu desempenhar nos bastidores do corpo de jurados e publicamente, no lance final do julgamento, fazendo comentários e apresentando juízos de valor sobre uma das peças dos autos (a fita de vídeo da TV) é incompatível com o juramento que fez para atuar imparcialmente no júri. Ficou evidente que ele prejudicou. Logo, devia ter sido afastado pelo juiz. Além de não ter agido dessa maneira, Ronaldo Valle manteve-se omissos quando Mendonça extrapolou sua função, arvorando-se ora a advogado de defesa, ora a promotor.

A partir desse momento, o julgamento foi contaminado e todas as reações tiveram curso sancionado. Uma autoridade com o peso da vice-prefeita de Belém permitiu-se ecoar denúncia cuja gravidade só tinha paralelo com sua inconsistência. Com base nesse poderoso fogo de artifício, uma revista semanal de informações como *Época* construiu um editorial tonitruante onde deveria haver uma reportagem bem apurada, fazendo coro com um presidente da República envergando a roupa de Pilatos, condenando antes de ser condenado. Políticos de esquerda aceitaram os favores de uma mídia especialmente sensibilizada para parceria localizada e usaram um grave exemplo de crueldade e injustiça como lenha para uma fogueira maior. Os de direita aproveitaram para espicaçar o sentimento de reação de uma classe média urbana espantada com os radicalismos.

Todos esses equívocos se tornaram inevitáveis a partir do momento em que os personagens centrais da tragédia foram excluídos do enredo. Vendo pessoas humildes, arrastando consigo crianças e dependentes, percorrendo longas distâncias e acampando precariamente em logradouros públicos, investirem com fúria contra fatos e símbolos, é impossível deixar à margem duas ordens de reflexões.

A primeira diz respeito à indignação que vai tomando conta desses brasileiros, sempre sujeitos a um massacre institucional e ao infortúnio pessoal, abandonados em seu lugar de vida e trabalho, nos sertões deste país

tão grande no tamanho quanto cruel na sua tendência concêntrica ao poder. A segunda reflexão é relacionada ao uso desses cidadãos como bucha de canhão e instrumento de manobra. Talvez não haja outra maneira de utilizá-los numa luta política de maior fôlego, mas o resultado dessa estratégia vale a pena? Não levará à substituição de uma velha tirania por uma nova tirania? Na troca de uma solução viciada por uma falsa solução?

O segundo grupo de ausência que viciou o resultado do julgamento é dos verdadeiros responsáveis pelo crime na cadeia de comando. A instrução processual não conseguiu individualizar as culpas, estabelecendo o nexo causal entre cada uma das mortes e cada um de seus autores, corretamente determinados. As provas dos autos não possibilitam dizer quem atirou em quem. Nem mesmo quem atirou e quem não atirou (e quem usou as outras formas de matar, como armas brancas, certamente para despistamento), quem matou e quem não matou. Sob um prisma conservador e convencional, o crime é coletivo, de autoria incerta. Há assassinados, mas não assassinos identificados. Logo, todos seriam inimputáveis.

Mas a nova interpretação da co-autoria, extraída da constituição de 1988 e não do Código Civil de quatro décadas antes, ensina que o co-autor é quem contribuiu para a prática do delito. Evidentemente, são criminosos aqueles que executaram vítimas à sua mercê, como aconteceu em Eldorado. Não são necessariamente criminosos aqueles que mataram para defender a própria vida ou na convicção de contrapor a uma violência anárquica uma violência sancionada institucionalmente e de cumprir seu dever, quando a sociedade lhes confere legitimidade.

O vídeo dos acontecimentos, a mais importante prova material do crime, não deixa mais dúvida de que os policiais militares deram dois tiros antes do primeiro



tiro disparado por um sem-terra. Também já está fora de qualquer dúvida que os dois primeiros tiros dos militares não visaram os corpos dos manifestantes agressores. Foram disparos de advertência, para o alto e para baixo. Mas a advertência não foi considerada. Os sem-terra, além de continuar avançando, avançaram numa atitude de agressão. Iriam ferir os policiais, podendo matá-los se não fossem contidos, como atestam as últimas imagens do vídeo exibido pela televisão.

Acuados pelo grupo de atacantes, quais os recursos de que dispunham os PMs para se defender? Revólveres, fuzis e metralhadoras, armas inadequadas para intimidação ou defesa em tal circunstância. Mesmo assim, as baixas entre os lavradores não teriam sido tantas se nesse momento não chegasse ao local a tropa oriunda de Parauapebas. Esse conjunto era formado por PMs

que vinham de uma relação tensa com os sem-terra. Deslocados de sua função profissional, haviam sido obrigados a atuar como se fossem assistentes sociais, levando comida e remédios para os sem-terra, ouvindo insultos verbais e provocações, enquanto se desenrolavam negociações políticas na capital (no litoral, sempre distante, física e mentalmente, do sertão), como um novelo emaranhado.

Esses entendimentos foram subitamente interrompidos quando os manifestantes bloquearam uma estrada de importância regional, radicalizaram suas exigências e assumiram uma posição de confronto. Essa mudança (na verdade colapso) em um dos pólos da interlocução foi complementada por alteração no outro pólo: o governador ficou impressionado com os argumentos de um grupo de fazendeiros da área, com os quais se reuniu reservadamente em Belém menos de uma semana antes da chacina, e com "informes" de sua assessoria militar de gabinete.

Desconsiderando os antecedentes do caso e sua evolução real naquilo que os militares denominam de "teatro de operações", o governador não avaliou corretamente o significado da ordem que deu, para a PM garantir o tráfego na PA-70, de qualquer maneira. Na capital, o desdobramento dessa ordem pode ter sido divisado por manifestantes recuando e, intimidados, aceitando voltar à mesa de negociações. No *hinterland*, foi interpretado como a senha para o acerto de contas, a *revanche*. Ainda que essa postura não envolvesse corrupção nem vilania, como pode ter acontecido, tecnicamente não haveria como evitar que o choque entre PMs e sem-terra fosse sangrento.

A selvageria dos policiais foi espantosa,

não nos momentos registrados pelo vídeo, mas nas etapas seguintes, quando a câmera já estava apreendida (o filme só foi devolvido porque os censores cometeram um erro: exibiram a fita super-VHS num aparelho de VHS, no qual suas imagens não podiam aparecer; pensaram que o câmera não tinha registrado nada). Trataram de eliminar testemunhas e os líderes do movimento, além de se vingar dos inimigos que a longa convivência forçada criara. A experiência e as normas exigiam que essa tropa fosse substituída e que os novos PMs fossem deslocados da capital para a área com uma variedade de armas tal que lhes permitisse aumentar o poder de agressão proporcionalmente à ameaça sofrida (passando de escudos e cassetetes para cães, jatos de água, bombas de gás lacrimogêneo, cães, balas de borracha e o que fosse possível acionar). Como nada disso houve, das pri-

meiras mortes ao morticínio foi uma questão de tempo — muito pouco, aliás, diante dos ânimos previamente formados.

A agressividade dos sem-terra guardava coerência com a intensidade da adversidade na qual foram colocados? Considerando-se o rosário de problemas que eles sempre precisaram enfrentar, não. O radicalismo tinha um evidente impulso externo, daqueles líderes que, por méritos pessoais ou circunstâncias, conquistaram essa liderança, mas freqüentemente exacerbam-na para alcançar seus fins, abstraindo os meios gastos nessa tarefa. Mesmo sendo esses instrumentos seres humanos.

Quando o governador Almir Gabriel, o secretário Paulo Sette Câmara, da segurança pública, e o coronel Fabiano Lopes, comandante-geral da PM, foram excluídos da denúncia do Ministério Público, o teor dos autos se tornou surrealista. Não havendo individualização dos crimes, não poderia haver condenação de indivíduos e aplicação de penas individuais. Se havia uma cadeia de responsabilidades espalhando seu manto sobre os responsáveis pelos atos dos quais resultaram os crimes, então os três elos finais não poderiam ser desconectados. A aparente solução de transformar essas três autoridades superiores em testemunhas foi adotada apenas para dar uma satisfação ao distinto público, mas só daria certo se a farsa urdida vingasse.

O problema é que as incongruências e inconsistências da instrução, acomodáveis se os formalismos do julgamento fossem respeitados, se escancaram com as violências praticadas e admitidas na preparação e na realização da primeira sessão. É desconcertante que tantos erros primários tenham sido cometidos. A vigência de um regime democrático formalmente pleno deveria ter inibido essas derapagens sucessivas, mas a fronteira amazônica encontram-se tão distante do eixo central decisório do país, do Brasil moderno, que os seus personagens parecem nem ligar para essas coisas de leis, ritos, formalidades, álbis.

Ao agirem assim, entretanto, desencadeiam um processo de radicalismo, violência e barbárie que nem eles próprios estão em condições de controlar. É o ponto em que se encontra o "caso Eldorado": ninguém pode garantir o reenquadramento do processo nos limites da lei e na trilha da lógica, nem se pode antever qual o próximo irracionalismo, venha ele da esquerda ou da direita. Aberto, o buraco é sem-fim, como os desvãos da selva. Por isso, o Eldorado famoso do final do século 20 tem a ver com a ingênua esperança do lendário Eldorado do início do descobrimento do Brasil. Em 4 séculos, a Amazônia só se degradou. ●

A calamidade das calamidades

A prefeitura de Belém definiu o prolongamento da avenida 1º de Dezembro sem maior preocupação com a "circunstância" de que ela atravessa, ao longo de quatro quilômetros, a Área de Proteção Ambiental do município, onde estão os principais mananciais de água da cidade e sua mais importante reserva ecológica, um pulmão de verde vital para uma concentração urbana de 1,2 milhão de habitantes cujo padrão de vida está se deteriorando até os limites do insuportável.

A obra realmente servirá de desafogo para o escoamento do trânsito, que entra em colapso em determinados períodos do dia nas duas únicas vias de acesso a Belém. Por esse prisma, a sua serventia é inquestionável. Mas não considerar suas implicações sobre a principal reserva de vida natural e de conjunto paisagístico da cidade significa aceitar renunciar a um patrimônio que vale mais do que a própria avenida.

Os estudos preparados pela prefeitura para o licenciamento da obra são insuficientes para assegurar um ajuste harmônico entre uma autêntica estrada (que será essa mesmo a sua configuração) e o ambiente. Acertou a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado ao condicionar a liberação da obra à aprovação de documentos complementares aos já apresentados, providência ainda pendente. O projeto, tal como está definido até agora, acarreta riscos que não são inevitáveis, mas que são inaceitáveis. Se medidas de prevenção e reparação forem adotadas, é possível abrir a extensão da 1º de Dezembro sem a materialização desses riscos, talvez até mudando o percurso e encurtando-a (até o entroncamento, por exemplo). Mas por enquanto não há tais garantias. Inclusive porque o alcaide só aceita fazer o que concebe, sem concessões.

A Sectam estaria inteiramente certa se sua apreciação técnica não tivesse sido atropelada por injunções políticas. A secretaria tinha expedido a licença provisória e exigido a exe-

cução de vários estudos para fornecer a licença de instalação. A aprovação definitiva parecia questão de tempo e modo, já que o parecer final da Sectam concluiu na primeira avaliação do projeto que "os impactos positivos potenciais quanto aos aspectos sociais (...) suprem os potenciais impactos negativos vislumbrados nas análises", o que lhe possibilitou delimitar "uma relação custo-benefício ambiental e econômico positivos".

O ânimo político do governo do Estado, porém, se modificou quando um tímido ensaio de aproximação com a prefeitura petista se frustrou. Esse estado de espírito gerou um anátema, lançado de cima para baixo, que interferiu nos rumos da apreciação do projeto da PMB. O clima de diálogo e de busca de entendimento degenerou para um confronto. Mas aí formou-se o caldo de cultura preferencial de Edmilson Rodrigues. Substituindo levantamentos que a PMB precisa realizar, e tem que executar com seriedade e aplicação, para preservar um patrimônio único do município, por palavras de ordem e discurso palanqueiro, ele transformou uma análise técnica num picadeiro de circo, impondo emoção e passionalidade a uma decisão que tem que ser bem maturada. Ou seja: voltamos àquela época irracional de JARBAS *versus* Alacid, sem dois mil quilômetros se interpondo entre os chefes de legião.

De minha parte, não estou convencido de que o traçado e a extensão do prolongamento da avenida não significam uma ameaça de agravamento da agressão que a área de proteção ambiental já sofre, sem possibilidade de correção. Tão impressionante quanto a insensibilidade da população de Belém ao estado de calamidade em que atualmente se encontram os mananciais de água da cidade e a bela floresta do Aurá é o descaso diante de mais um capítulo dessa agressão que pode vir a ser o derradeiro. Ao menos enquanto a definição dessa situação estiver dependendo do ânimo de um confronto que parece ter à frente um Nero e um Calígula.

Eleição na fase

Dois de outubro deverá marcar o início para valer da campanha eleitoral para as prefeituras municipais, embora oficialmente ela só comece em abril do próximo ano.

Dentro de um mês terminará o prazo para as trocas de partido e filiações partidárias dos que pretendem concorrer em 3 de outubro de 2000, a última eleição do milênio. Em Belém, esse prazo afeta mais enfaticamente dois partidos, justamente os que têm os prováveis candidatos mais fortes: o PT e o PFL.

Até outubro a vice-prefeita Ana Júlia Carepa definirá de vez suas pretensões de disputar a PMB. Seu caminho no PT está bloqueado pela reeleição de Edmilson Rodrigues. Se não for para outro partido (as hipóteses levantadas foram PSB e PPS), teria quatro alternativas: sair novamente como candidata a vice-prefeita de Belém, optar pela vereança, tentar disputar o cargo de prefeita na vizinha Ananindeua ou ficar de fora da próxima eleição, desgastando o capital de quase 500 mil votos conseguido na eleição para o senado em 1998.

A primeira hipótese parece descartada porque a convivência com Edmilson por mais quatro anos seria ruínoza, talvez para ambos, embora seja essa a melhor chapa que o PT poderia formar. Ir para a Câmara Municipal de Belém significaria para Ana Júlia recomençar a carreira exatamente por onde começou, o que poderia ser bom ou ruim, dependendo da imagem que trabalhasse. De qualquer maneira, porém, significaria tempo perdido. Já a prefeitura de Ananindeua parece um risco maior: o atual prefeito, Manoel Pio-neiro, do partido do governador, o PSDB, fez popularidade à base de um populismo obreiro, base para sua condição de favo-

do ano 2000: das rasteiras

rito. Ali também a família Barbalho está apostando algumas de suas fichas, ensaiando a candidatura de Hélder Barbalho.

Algumas fontes petistas garantem que Ana Júlia não sairá do partido, nem baterá chapa com Edmilson na convenção municipal. Mas se o preço para a manutenção da reeleição (que muitos políticos querem derrubar) na disputa municipal do próximo ano for a exigência de que os candidatos se desincompatibilizem, deixando o cargo seis ou quatro meses antes (o tema será debatido no Congresso Nacional a partir desta semana), Ana Júlia assumirá a prefeitura por sete ou oito meses, tornando-se personagem-chave no jogo eleitoral.

É por isso que as correntes principais do partido tentam uma composição entre o prefeito e sua vice, temendo os prejuízos que as marcantes incompatibilidades entre os dois evoluam para um rompimento aberto e formal, ameaçando uma vitória tida como certa. Para Ana Júlia, a melhor perspectiva seria receber um guarda-chuva confiável para protegê-la até 2002, quando poderá disputar novamente o senado, descer para a Câmara Federal ou arriscar seu vôo mais alto, o governo do Estado.

O 2 de outubro não teria nenhuma importância para o PFL se já estivesse decidido quem será o candidato do partido à prefeitura da capital, o ex-prefeito Hélio Gueiros ou o deputado federal Vic Pires Franco (o mais votado em Belém no ano passado). Nas precárias (e às vezes inconfiáveis) pesquisas até aqui realizadas, os dois são os adversários potencialmente mais ameaçadores ao prefeito petista. Mas nenhuma das sondagens incluiu ao mesmo tempo Hélio e Vic (nem Edmilson e Ana Júlia).

Há uma aceitação tácita de que, também nesse caso, os dois não irão bater chapa na convenção partidária para afirmar sua candidatura. As coisas poderiam ser resolvidas pacificamente se também estivesse implícito que um será candidato a prefeito e o outro a vice. O problema é que como nenhum dos dois pode considerar sacramentada sua candidatura, persiste a incerteza.

Em relação ao ex-prefeito porque ele não se define. Mesmo quando pressionado por correligionários, inclusive na in-

timidade, Hélio Gueiros tem respondido com um único argumento: ainda é cedo para lançar uma candidatura, seja ela qual for. Fiel ao seu estilo, se tiver realmente essa intenção, só apresentará seu nome à última hora. Mas, como sempre, irá trabalhar nos bastidores — e com o máximo de silêncio e malícia — para tornar viável essa decisão no limite extremo do prazo para a oficialização de candidaturas, aproveitando-se do fator surpresa em relação a terceiros.

Há pefelistas jurando de pés juntos que Gueiros não será candidato: porque já está com 72 anos, porque foi abalado pela desastrosa votação para o senado um ano atrás (ficou em terceiro lugar, bem abaixo de Luiz Otávio Campos e Ana Júlia Carepa e com menos votos do que a soma dos nulos e brancos), porque a família o pressiona para se aposentar e porque quer de fato encerrar a carreira. Sem desconsiderar esses motivos, há outros ainda mais fortes em sentido contrário.

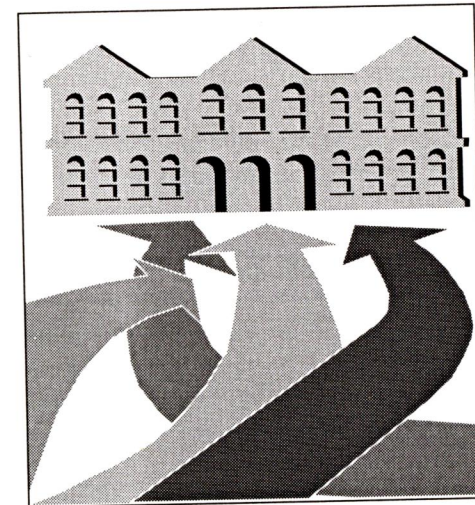
Hélio reconhece o grave erro de ter indicado o filho como seu suplente,

imaginando-se já eleito, além do bem e do mal que praticasse ou sofresse. Admite que sua estratégia de campanha foi equivocada. Verificou que a aliança com Jader Barbalho de muito pouco (ou quase nada) lhe valeu (e vice-versa). Mas não aceita que seu tempo passou, que afastou amigos e correligionários decisivos, que sua retórica ficou defasada, restrita a pilhérias e leviandades, sem propostas críveis para uma cidade em grave crise. Ele parece se achar capaz de reparar o fracasso, voltando a um cargo político importante e conquistando um final de carreira brilhante, não o

melancólico fim que a eleição do ano passado lhe reservou. Para isso, vai incorporar o papel de franco opoisionista, batendo forte tanto na administração do PT quanto na de Almir Gabriel. Mas também se preparando para voltar a criticar seu ex-aliado, o senador Jader Barbalho (com o qual só conversou duas vezes desde a eleição de 1998, sempre superficialmente).

Hélio Gueiros terá força para repor seu nome no topo do PFL, quando o andamento das providências é em favor da candidatura de Vic Pires Franco, que controla o diretório municipal e tem fortes aliados em Brasília (a começar pelo senador Antônio Carlos Magalhães)? Se for vitimado por um dos golpes de mão de última hora em que Gueiros é especialista, como reagirá o deputado federal? Aceitará o consolo da vice-prefeitura? Renunciará à melhor oportunidade para alcançar o cargo que sempre almejou, por lhe permitir enfrentar no mesmo território seu mais poderoso inimigo atual, Romulo Maiorana Júnior, amigo de ontem?

Dois movimentos revelam o jogo de poder. De um lado, o grupo Liberal dando apoio clandestino ao deputado federal José Priante para ele arrancar sua candidatura a prefeito do diretório municipal do PMDB. Com isso, inviabilizaria os planos de Jader Barbalho de coligar-se ao PFL se Vic for o candidato, uma maneira indireta de também hostilizar a candidatura



de Hélio (que não terá o apoio peemedebista). Percebendo esse movimento, Jader está procurando isolar Priante. Mesmo sendo seu sobrinho, não quer dar-lhe mais poder. Tenta convencer a ex-mulher, a deputada federal Elcione Barbalho (terceiro lugar nas toscas pesquisas realizadas, mas distante dos cabeças), a entrar numa chapa com Vic. Fecharia a derradeira porta para Priante, desde que Vic não se tornasse vítima de uma rasteira de Gueiros.

Como se vê, apesar de todos os personagens ainda declararem que está muito cedo para tratar da eleição do ano 2000, todos estão tratando dela, embora ainda como aquele jogo de esperteza e sagacidade só perceptível quando se tem acesso aos bastidores do poder. Um jogo de pôquer, para dar uma idéia. ●

Carta



A assessora de comunicação social da Polícia Civil, Carmen Palbeta, enviou a seguinte correspondência, publicada tal como foi escrita:

“De ordem do Exm^o Sr. Delegado Geral de Polícia Civil, gostaríamos de contar com a atenção de V. Sa., no sentido de esclarecer alguns pontos sobre nota publicada no **JP**, 2ª quinzena de agosto/99, na coluna *Interesse Público*, que trata sobre viagem da perita criminal Maria da Glória Aguiar, ao Canadá.

Informamos a V. Sa. que o Instituto de Identificação do Pará foi um dos quatro Institutos convidados, dentre os 27 existentes no Brasil, pelo Instituto Nacional de Identificação – INI, para compor a equipe que foi até o Canadá, com o objetivo de conhecer melhor outros órgãos e países que utilizam o sistema de impressão digital automatizado. O convite foi feito, principalmente, em razão da competência e interesse com que vem sendo tratada a questão da identificação civil e criminal pela Polícia Civil do Pará, através do Instituto de Identificação.

Há mais de dois anos, Maria da Glória acompanha o processo de estudos acerca da possibilidade de implantação do Registro de Identidade Civil – RIC no país, que vai significar um controle maior nos registros emitidos pelos Estados, uma vez que o cidadão terá um único número válido para todo o país e controlado por um banco de dados situado no Distrito Federal. A Lei 9454/97, de 07.04.97 que trata do assunto, já foi sancionada pelo Presidente, aguardando regulamentação. Os conhecimentos adquiridos pela diretora do Instituto, na área civil e criminal informatizada de outros Estados e fora do Brasil já possibilitaram colocar o Pará em destaque como um dos Estados que emite Carteira de Identidade em prazo recorde, no mesmo dia em que é solicitada pelo cidadão. Além disso, hoje a Polícia Civil está em fase de implantação de um sistema informatizado na área criminal, que possibilitará maior eficiência para atendimento de processos solicitados pelas autoridades policiais, sendo este um dos assuntos tratados na visita à Polícia Montada do Canadá.

Essas e outras iniciativas vêm sendo possíveis graças ao interesse e preocupação da diretora do Instituto de Identificação e do Exm^o Sr. Delegado Geral, João Moraes, quanto à importância do serviço de identificação datiloscópica e as inovações na área da informática.

Esclarecemos, ainda, que por pos-

suir o trabalho de identificação criminal um caráter sigiloso e puramente investigativo, não há condições de que sejam abertos ao público todos os métodos que estão sendo implantados, hoje, na Polícia Civil.

Quanto à sugestão de que a Assembléia Legislativa deveria convocar a Sr^a Maria da Glória para dividir os conhecimentos, informamos que a mesma, bem como os próprios membros da Assembléia, têm consciência de que o podem

Até o penúltimo parágrafo vinha a carta do delegado geral evoluindo dentro do melhor padrão de relacionamento do serviço público com a imprensa. A exigência de respeito, feita no último período da correspondência, no entanto, é indevida. Nenhum desrespeito pode ser deduzido da nota que registrou a viagem da diretora do Instituto de Identificação, como qualquer leitura racional verificará. Simplesmente cobrou-se informações de um servidor público que vai ao exterior autorizado pelo governador e recebendo significativas diárias, pagas pelo contribuinte. Estranhou-se apenas que a visita técnica (como agora explica o diretor geral) à Polícia Montada do Canadá comece em Los Angeles, nos Estados Unidos. Sobre este ponto, aliás, o delegado João Moraes nada disse. Los Angeles, como tem aparecido no Diário Oficial, já é um ponto freqüente de políticos e burocratas paraenses, sob diferentes pretextos (na mesma época lá estiveram o vice-governador e o secretário de planejamento).

Apesar do sigilo atribuído às atividades de identificação, nenhum óbice haveria para uma palestra da diretora Maria da Glória. Ela simplesmente pediria para a sessão do legislativo ser secreta, ou, no caso de uma audiência pública, justificaria a omissão dos temas protegidos pela confidencialidade. Mas todos ganharíamos se as informações prestadas pelo delegado fossem detalhadas e ampliadas. No Canadá e nos Estados, como certamente a técnica verificará, raramente essas questões são mantidas sob reserva, exceto, é claro, quanto ao conteúdo de algumas informações (os métodos são de conhecimento acessível).

fazê-lo a qualquer momento, tendo, sobretudo, entendimento de que o assunto é, por sua própria natureza, sigiloso, como já foi explicado anteriormente e que, sendo assim, terá limitações quanto ao público ouvinte.

Informamos também que a diretora não foi fazer passeio turístico e sim, buscar informações mais avançadas para, também, avançarmos cada dia mais em nosso trabalho policial.

Exigimos respeito a nossa instituição, sobretudo quando buscamos trabalhar a modernização dentro deste órgão essencial para o melhor desempenho das investigações, como é o caso do Instituto de Identificação do Pará”.

Minha resposta

Este jornal, anos atrás, teve o triste privilégio de denunciar, com exclusividade, a destruição dos prontuários de identificação civil, causada por uma prosaica goteira no telhado da (então) velha sede da Secretaria de Segurança Pública. Milhares de fichas acumuladas no chão de uma das dependências do prédio foram danificadas pela água. Pego no contrapé, por não ter feito a comunicação espontaneamente, foi só depois dessa notícia que o governo promoveu um novo recadastramento.

Naquele momento, simplesmente se tornara impossível ao poder público atestar a identidade dos cidadãos, tarefa que a diligência da atual administração tornou tão expedida que garante entregar o documento competente no mesmo dia da sua solicitação. Trata-se de inebriante mudança da água para o vinho: da situação em que qualquer pessoa poderia assumir identidade falsa sem risco de ser descoberta, estamos agora na linha de frente nacional, credenciados para ir ao exterior atualizar-se.

O comportamento passado e o teor da nota que provocou a manifestação do delegado mostram que não há qualquer intenção de desrespeitar instituições ou pessoas que, antes de mais nada, se respeitam, tornando-se merecedoras do respeito coletivo. Uma das provas dessa permanente atitude do **Jornal Pessoal** é a publicação das cartas que lhe são enviadas, independentemente do suscitado direito de resposta, do tamanho da correspondência (jamais resumida ou copiada) e de sua correção, inclusive gramatical. E assim continuará a ser, indiferente aos desentendimentos que possa provocar. Queremos servir ao cidadão tanto quanto qualquer servidor público consciencioso.

Da cultura verdadeira à cultura de algibeira

Pessoa culta é aquela que já leu três, quatro ou cinco vezes obras de cultura vitais como *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri (que na origem era apenas *Comédia*), *Ana Karenina*, de Leon Tolstói, *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, *Ulisses*, de James Joyce, ou *Grande Sertão: Veredas*, do nosso Guimarães Rosa, para só ficar só nesses exemplos e apenas na área de não-ficção. Mas é preciso a maturação do tempo para essas releituras, sem o que elas terão apenas valor informativo, não se incorporando ao modo de ver, ser e fazer da pessoa que se torna culta.

Com o tempo, mesmo aquele que ainda está em processo de formação cultural, ou cuja formação permanece inconsolidada, sabe distinguir os gatos pardos dos pretos. Da relação entre o pólo criativo e o pólo de absorção segue-se o processo evolutivo de uma cultura. O aprendiz de hoje será o mestre de amanhã. O divulgador poderá se tornar o criador, mesmo que o faça indiretamente, enquanto crítico, independentemente de ser ou não um autêntico criador (como T. S. Eliot face a Eza Pound).

Há pessoas excepcionalmente precoces e as tão precoces que as rotulamos de gênios. Mas a cultura é sempre um processo, mais ou menos lento conforme as aptidões pessoais e as circunstâncias. Um jovem homem culto não se equipara a um velho homem culto, que adiciona à capacidade de aprender e apreender a sabedoria da experiência. Aquele que lê repetidas vezes um texto seminal da cultura humana para expandir seu prazer, seu conhecimento, sua sensibilidade, seu ser, é virtualmente inalcançável. Não no sentido da competição exibicionista e narcisista que se tem tornado rotineira, mas daquela tranqüila sensação de saber.

Às vezes me espanto com a sardô-

nica convicção com que os especialistas se lançam às tarefas do seu domínio após ouvir relatos que para um leigo parecem anódinos e insossos. Um homem culto é um especialista elevado a maior potência, sem as restrições da compartimentação de interesse e curiosidade. Aproximando-nos deles, abreviamos nosso aprendizado e multiplicamos o usufruto do conhecimento, dando-lhe a essência prazerosa sem a qual o homem culto reduz-se a um chato.

Fiquei refletindo sobre isso, sem muito nexos com o móvel do raciocínio, ao ler o último fascículo da coleção sobre história do Brasil publicada pelo *Diário do Pará* no domingo passado. É um trabalho agradável, interessante e proveitoso de Eduardo Bueno, o historiador preferido da mídia no momento (ganhou matéria de sete páginas no último número da revista *Época*, introduzindo a coluna semanal que ali vai passar a escrever).

O principal mérito de Bueno, de 41 anos, é simplificar e fazer legível a história brasileira,

aproximando-a dos

jovens, em regra refratários ao arrolamento frequentemente desconexo de datas, acontecimentos e heróis dos manuais.

No último fascículo, Eduardo Bueno montou uma bibliografia crítica da historiografia nacional. Aí o passo foi maior do que o alcance das pernas, revelando suas limitações. Dou só um exemplo para não ser maçante, sendo eloqüente. Ao tratar das histórias gerais já lançadas, ele diz que o alemão Heinrich Handelmann lançou, em 1860, “uma ótima ‘História do Brasil’ que, injusta e inexplicavelmente caiu no esquecimento (a última edição brasileira desse trabalho foi publicada em 1931)”.

Na verdade, a edição de 1931, sendo o volume 108 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não foi a “última edição brasileira”, mas a primeira integral publicada em nosso país. Antes, em 1918, a *Revista Americana* havia publicado apenas um pouco mais da metade do primeiro volume de uma obra dividida em dois grossos volumes. Após a edição de 1931 já houve outra, lançada em 1978 pelas Edições Melhoramentos, graficamente mais atraente do que o volume único de mil páginas, em letra minúscula, da edição de meio século antes.

Há quem afirme que a *História* de Handelmann é a melhor de todas as que foram escritas até a segunda metade do século 19. Com um detalhe perturbador: o historiador alemão nunca pôs seus pés em território brasileiro. Nem ele e nem Robert Southey, cuja *História do Brasil* (em sete volumes) é corretamente classificada de “belíssima” por Bueno, sem ele ter-se dado ao trabalho de destacar esse fato encabulador sobre dois dos mais importantes historiadores que já escreveram sobre o Brasil sem conhecê-lo senão através de leitura.

A intuição de Handelmann lhe permitiu sintetizar o significado da Cabanagem com a frase mais feliz já produzida sobre a sublevação “dos destituídos de bens contra os que possuíam bens”. Sua acuidade no trato dos documentos lhe permitiu diagnosticar sobre a relação do nosso país com o mundo externo logo após a consolidação do império: “a salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus, e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais”.

Um século e meio se foi e o diagnóstico não perdeu sua essência. Captá-la, porém, requer mais do que as qualidades de um diluidor do conhecimento histórico, ainda que inventivo, mesmo que provocador. A diferença corre por conta da cultura, esse mistério (ou segredo) cujo melhor repositório ainda é o livro. Quem lê, e quem lê bem, percebe a diferença — e a usa. ●



Cobre

● Do seu orçamento de 22 milhões de dólares neste ano (contra US\$ 28 milhões em 1998), a Docegeo — a empresa de pesquisa geológica da Companhia Vale do Rio Doce — vai reservar US\$ 20 milhões para a delimitação de dois novos promissores depósitos de cobre em Carajás: o Cristalino e o Alvo 118, o primeiro em estágio bem mais avançado do que o segundo. Apesar da redução em 20% do que investiu no ano passado, ao que parece o cobre continua prioritário para a empresa. E com uma escala de possibilidades mais ampliada, já que agora há pelo menos cinco áreas candidatas a mina no alto da serra. E a mais interessante deixou de ser aquela que está prestes a entrar na fase de exploração econômica, que é a jazida de Salobo.

Belo?

● Enquanto o prefeito e empresários dos dois primeiros quarteirões da João Alfredo brincam de recuperação do centro histórico da cidade, um comerciante rasgou as paredes do belo prédio onde funcionou o Banco do Brasil, na esquina da própria João Alfredo com a Padre Eutíquio, transformando janelas em portas. Alguém foi consultado? Alguém aprovou?

Independentemente das respostas, já é contrapropaganda suficiente para anular o tal do ex-quase-futuro Belocentro.

Pólvora

A destruição da loja Bechara Mattar é uma grave advertência ao que pode acontecer em outros locais do centro comercial de Belém. Além das instalações elétricas dos velhos prédios nos quais funcionam as lojas regularmente instaladas, um foco de preocupação maior são os pontos de venda nas ruas dos camelôs. Eles puxam energia através de precárias linhas e vários utilizam botijões de gás, expostos na rua.

Já que a prefeitura não pode ou não quer impedir a proliferação indiscriminada desse tipo de comércio, inevitável e necessário em certa medida, bem que podia prevenir que algo pior do que o acidente do Bechara Mattar venha a acontecer, ameaçando a área mais antiga da cidade.

Espera

A única casa construída por Antônio Landi está cada vez mais ameaçada de ruir. Na esquina da Siqueira Mendes (a primeira rua de Belém) com a Félix Rocque, na Cidade Velha, casa rosada, como é conhecida por sua cor e muito admirada por suas preciosas linhas barrocas, já começa a mostrar seus aleijões entre as fendas que se abrem em suas paredes externas. Pode-se ver as escoras de madeira do seu interior e ter uma sensação da precariedade daquele equilíbrio. Mais à frente, na mesma Siqueira Mendes, uma outra casa colonial desabou, das poucas que ainda restavam para testemunhar as origens desta infeliz cidade. Vamos esperar mais esta tragédia para chorar a morte de Inês?

Greivismo

● Nunca uma greve de trabalhadores se pareceu tanto a um locaute (paralisação feita por patrão) como a dos rodoviários da semana passada. Todos os não envolvidos no movimento tiveram a impressão de que o objetivo maior dos manifestantes era o reajuste de tarifas, que a população, principalmente a mais necessitada de transporte coletivo, sem aumento de salário há muito tempo, não tem condições de absorver. A parede dos motoristas chegou a ser cruel e insensata. Não só por maltratar passageiros apanhados dentro de ônibus que ainda estavam em circulação e obrigados a descer, sem devolução da passagem paga, como por bloquear trechos de ruas, chegando ao cúmulo de deixar ilhado o corpo de bombeiros (se o incêndio na loja de Bechara Mattar tivesse ocorrido um dia depois, a tragédia teria sido maior ainda).

Quem anda em “fresquinhos” e ônibus comuns pode sentir a diferença no tratamento do motorista. No primeiro, com ar condicionado, menos passageiros, sem paradas fixas, as condições de trabalho influem no ânimo do motorista, que, evidentemente, não tem a mesma predisposição nos ôni-

bus calorentos, enfrentando com desconforto ruas esburacadas e uma clientela não menos irritada, além dos horários rígidos.

Descontados esses fatos, porém, a população não tem motivos de simpatia pelos motoristas de ônibus. É prática corriqueira desrespeitar idosos, ignorar pessoas nas paradas, arrancar abruptamente, desrespeitar passageiro, travar porfias malucas, etc. A opinião pública é sensível às reivindicações de trabalhadores tão importantes, mas se é desrespeitada por um movimento que ignora o interesse coletivo tende a ficar contra os grevistas. Ainda mais quando se difunde a versão de que, por trás deles, age uma categoria patronal que vem se notabilizando por explorar à exaustão sua galinha dos ovos de ouro.

Convém ser mais inteligente e mais sensível aos outros na próxima greve, tão fácil de começar, tão difícil de chegar a um bom desfecho.

Aniversário

● Com esta edição, o **Jornal Pessoal** completa 12 anos de vida. Durante o período, sua circulação foi interrompida duas vezes pelos problemas que o leitor já conhece suficientemente. Olhando para trás, vejo o quanto já foi feito, consciente, porém, de que esse quanto é ainda muito pouco. Por isso, necessário é olhar para a frente, visando o futuro, encarando os desafios, com os pés bem plantados no chão e a vontade associada às melhores utopias.

Resta agradecer ao apoio dos leitores, infelizmente menor do que tem sido necessário para oxigenar os pulmões deste jornalzinho, mas certamente bem maior do que o seu merecimento.

Aéreo

● O governador Almir Gabriel parece estar com a intenção de viajar muito pelo Estado durante os próximos meses. Além da frota oficial, arrendou um táxi aéreo (**ver Jornal Pessoal 216**) e abriu licitação para comprar mais um avião, com capacidade para seis passageiros e dois tripulantes. Pelo menos esse mérito (se é mesmo mérito) as eleições têm: fazer os políticos percorrer o território da sua jurisdição, que no caso paraense é do tamanho do país, mesmo com os gastos acartados.

Não importa: o povo paga.

Produção

● A doença não conseguiu abater o ânimo do mais importante historiador vivo do Pará: de uma só fornada, Vicente Salles está lançando, a partir de Brasília, mais três das suas “microedições do autor”, 20 exemplares de suas monografias distribuídas por um circuito privilegiado: *Guerras aos quilombolas no Grão-Pará, Quilombos na Amazônia (Um enfoque interdisciplinar)* e *Não tem autor Não tem direitos Sem autor Sem direitos (O folclore em face do direito de autor)*. Já chega a 21 as “microedições”, micro apenas no tamanho. No merecimento, são macro-trabalhos, sempre apondo numa direção nova ou revelante da pesquisa histórica.

Agenda

Juntamente com o JP, já está circulando a primeira edição da Agenda Amazônica. Em bancas e livrarias.

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Sede: Passagem Bolonha, 60-B • 66.053-040

Fones: (091) 223-1929 (fone-fax) e 241-7626 (fax)

Contato: Tv. Benjamin Constant 845/203/66.053-040

Fone: 223-7690 • e-mail: jornal@amazon.com.br

Edição de Arte: Luizantoniodefariapinto/230-1304